

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

A batalha do ‘chortinho’

As mulheres têm dado importantes passos no sentido de ocupar espaços dentro da sociedade, mas esbarram em reações violentas

Um pequeno ato de contestação de alunas de um tradicional colégio católico de Porto Alegre (RS) acabou servindo como exemplo indiscutível de como a sociedade brasileira, conservadora e hipócrita, está se tornando selvagem fundamentalista. As alunas organizaram um abaixo-assinado contra a proibição do uso de chorte nas salas de aula — a escola não exige uniforme — e, embora tenham obtido algum apoio e bastante visibilidade, o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.

Os argumentos que buscam desqualificar a reivindicação legítima das alunas — que evocam a luta pela igualdade de gêneros, entre outras coisas — estão desde a tentativa de rotular uma das líderes do movimento como “comunista”, acusação da direita hidrófoba, até a afirmação de que o motivo da luta é fútil, acusação da esquerda hidrófoba, já que as estudantes pertencem à classe média alta. Mas a alegação mais recorrente, e mais patética, é a de que o uso de chorte pelas meninas atrapalha a concentração dos meninos.

O Brasil detém a quinta maior taxa de feminicídio do mundo — 4,8 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres, ou 13 mulheres mortas por dia. Metade dos crimes são cometidos dentro de casa, a imensa maioria praticados por parceiros ou ex-parceiros. Também assustador é o número de estupros. Oficialmente, em 2014 foram registrados quase 48.000 casos — um estupro a cada 11 minutos — mas, levando em conta que apenas 10% das vítimas prestam queixa, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública calcula que esse número possa chegar a quase meio milhão de ocorrências por ano. Além disso, 77% das mulheres afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual, segundo pesquisa do Disque 180.

A violência contra a mulher não distingue classe social — os homens, sejam ricos, sejam pobres, buscam exercer com igual intensidade o seu poder discriminatório. Essa mentalidade machista conforma-se desde cedo, alimentada pela sociedade em uma espécie de círculo vicioso: meninos e meninas são criados dentro de modelos pré-estabelecidos, as meninas para tornarem-se mulheres submissas, os meninos para constituírem-se em adultos predadores. Por isso, os números assustadores, e inaceitáveis, de feminicídio, estupro e assédio sexual ostentados pelo Brasil.

Assim como temos imensa dificuldade de diferenciar o que é Estado do que é Governo (porque este sempre se

apropria daquele), também não sabemos distinguir Ética de Moral. Por trás da insatisfação das meninas de Porto Alegre existe um discurso coerente e libertador. Não é o direito de usar chorte nas dependências do colégio que está em discussão — um valor moral —, mas a ideia de questionar o papel da mulher na sociedade — um valor ético. Ver no uso de chorte pelas meninas uma ameaça à estabilidade comportamental dos meninos seria um argumento risível, não fosse sórdido.

A mulher, assim como o homem, é um corpo no espaço. Quem nos ressignifica é o outro. Portanto, o que sexualiza o corpo feminino não é o tipo de roupa que o reveste, mas o olhar que o julga. Proibir o uso de chortes pelas meninas, alegando a preservação de valores ditados por uma sociedade machista, é admitir a total falência do sistema educacional, que deveria cultivar a ética antes que a moral — é aceitar que não ultrapassamos os limiares da animalidade, que somos instinto apenas, puro instinto. Ao fim e ao cabo, é como incriminar as mulheres pelo estupro, pelo assédio, pela violência doméstica.

Navegamos, atualmente, em águas bastante perigosas. Para além da crise político-institucional e da derrocada econômica, vivemos um momento de ofensiva fundamentalista. As mulheres têm dado importantes passos no sentido de ocupar espaços dentro da sociedade, mas exatamente devido ao sucesso da empreitada esbarram em reações violentas por parte daqueles que defendem os privilégios masculinos — e, infelizmente, neste caso, aos homens unem-se mulheres machistas, porque também as há. Basta ver que o aborto continua proibido e que mesmo encabeçando 40% dos domicílios, a força de trabalho feminina equivale a 75% dos salários pagos aos homens para as mesmas funções. O chorte das meninas de Porto Alegre é uma bandeira simbólica — ignorá-la é compactuar com a manutenção do obscurantismo, da hipocrisia, da mediocridade.

RUFFATO, Luiz. A batalha do chortinho. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/02/opinion/1456933454_142603.html>. Acessado em 30 mar. 2016.

QUESTÃO 1

O texto apresentado é do tipo dissertativo. Qual é o propósito comunicativo do texto?

- (A) Criticar o uso do “chortinho”, porque atrapalha a concentração dos meninos.
- (B) Esclarecer a razão das reações violentas dos homens.
- (C) Alertar para o fato de a mulher, não obstante ter atingido sucesso na sociedade, sofrer com o comportamento machista do homem.
- (D) Mostrar o percentual de mulheres que já sofreram assédio sexual, de acordo com o Disque 180.

QUESTÃO 2

Em “A mulher, assim como o homem, é um corpo no espaço. Quem nos ressignifica é o outro.”, sobre o período destacado do 6º parágrafo do texto infere-se que:

- (A) quando o significado do acontecimento se modifica, os comportamentos das pessoas não mudam.
- (B) o filtro pelo qual vemos o significado dos acontecimentos que nos rodeiam podem nos tornar pessoas sem conceito.
- (C) quando mudamos o filtro por meio do qual vemos o significado dos acontecimentos que nos cercam, mudamos, conseqüentemente, o significado dos acontecimentos.
- (D) a roupa que reveste o corpo feminino pode alterar a forma de olhar do outro, uma vez que as respostas e os comportamentos das pessoas podem se modificar.

QUESTÃO 3

Morfologicamente, o termo destacado é conjunção integrante e inicia oração subordinada em:

- (A) “que esse número possa chegar a quase meio milhão de ocorrências por ano.” (3º parágrafo)
- (B) “que buscam desqualificar a reivindicação legítima das alunas.” (2º parágrafo)
- (C) “que evocam a luta pela igualdade de gêneros, entre outras coisas.” (2º parágrafo)
- (D) “o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.” (1º parágrafo)

QUESTÃO 4

Em “Um pequeno ato de contestação de alunas de um tradicional colégio católico de Porto Alegre (RS) acabou servindo como exemplo indiscutível de como a sociedade brasileira, conservadora e hipócrita...”, por haver alteração de sentido para o texto, a palavra destacada só NÃO poderia ser substituída por:

- (A) genuína
- (B) dissimulada
- (C) demagoga
- (D) fingida

QUESTÃO 5

“77% das mulheres afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual”.

Indique a opção que apresenta sintaxe de concordância CORRETA quanto à expressão que indica porcentagem.

- (A) 77% afirma já ter sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (B) 77% afirma já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (C) 77% da mulherada afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.
- (D) 77% afirmam já terem sofrido algum tipo de assédio sexual.

QUESTÃO 6

Em “O Brasil detém a quinta maior taxa de feminicídio do mundo.”, o verbo destacado está no singular concordando com o sujeito, se estivesse no plural seria:

- (A) deteem
- (B) detêm
- (C) detem
- (D) detêem

QUESTÃO 7

Em “infelizmente, neste caso, aos homens unem-se mulheres machistas.”, o termo destacado deve ser sintaticamente classificado como:

- (A) objeto direto, pois completa o sentido de um verbo transitivo.
- (B) objeto indireto, porque completa o sentido de um verbo transitivo.
- (C) agente da passiva, já que completa o sentido de um verbo na voz passiva, indicando-lhe o ser que praticou a ação verbal.
- (D) sujeito, já que funciona como suporte de uma afirmação feita por meio do predicado.

QUESTÃO 8

Em “Navegamos, atualmente, em águas bastante perigosas.”, é possível afirmar que:

- (A) “atualmente” é adjunto adverbial de tempo.
- (B) “bastante” é adjetivo, porque caracteriza “águas”.
- (C) “atualmente” é adjunto adverbial de modo.
- (D) O verbo indica uma ação concluída no pretérito.

QUESTÃO 9

Em “também não sabemos distinguir Ética de Moral.”, o termo destacado do 5º parágrafo possui valor semântico de:

- (A) explicação
- (B) alternância
- (C) adição
- (D) concessão

QUESTÃO 10

Sobre o emprego dos pronomes é CORRETO afirmar que:

- (A) Em “porque também as há.”, o pronome destacado do último parágrafo apresenta caso de ênclise e refere-se a mulheres machistas.
- (B) Em “ignorá-la é compactuar com a manutenção do obscurantismo, da hipocrisia, da mediocridade.”, o pronome destacado do último parágrafo do texto refere-se a “meninas de Porto Alegre”.
- (C) Em “o que chama a atenção é a violenta reação da comunidade.”, o pronome destacado deste fragmento do 1º parágrafo deve ser classificado morfologicamente como pronome relativo.
- (D) Em “mas o olhar que o julga.” (6º parágrafo), há caso de próclise com o pronome em destaque devido à presença do pronome relativo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 11

Uma torneira com defeito enche um copo de 500 ml a cada 2 horas. A água que é desperdiçada por essa torneira, para encher um reservatório de 2,1 m de comprimento por 2,2 m de largura e 1m de altura, levaria aproximadamente:

- (A) 1 mês
- (B) 1 ano
- (C) 2 meses
- (D) 2 anos

QUESTÃO 12

Numa escola, a quantidade de meninos é igual a quantidade de meninas. Um estudo mostrou que 7% dos meninos e 3% das meninas são portadores de necessidades especiais. Ao selecionar um aluno da escola, a probabilidade desse aluno ser uma menina com necessidades especiais é de:

- (A) 30%
- (B) 25%
- (C) 20%
- (D) 10%

QUESTÃO 13

Uma pessoa vai a uma agência de automóveis para vender seu carro. A agência cobra 10% sobre o preço da venda do carro. Se a pessoa deseja receber R\$ 18.000,00, quanto ela deve pedir pelo carro?

- (A) R\$ 15.000,00
- (B) R\$ 18.000,00
- (C) R\$ 20.000,00
- (D) R\$ 22.000,00

QUESTÃO 14

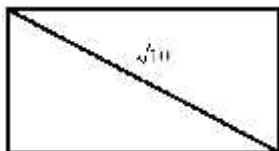
Numa fábrica de brinquedos, o preço de um determinado brinquedo diminuiu 10% e as vendas desse brinquedo aumentavam 20% num certo período. Nesse mesmo período, o faturamento da fábrica com esse brinquedo aumentou em quantos %?

- (A) 8%
- (B) 12%
- (C) 15%
- (D) 30%

QUESTÃO 15

No sítio de João, na entrada, foi feita uma porteira de madeira na forma de um retângulo com uma tábua na diagonal da porteira, com $\sqrt{10}$ m para reforçá-la, como mostra a figura abaixo. Se a área ocupada pela porteira na entrada do sítio é de $1,5 \text{ m}^2$, o comprimento da porteira é de:

- (A) 4 m
- (B) 3 m
- (C) 2 m
- (D) 1 m



QUESTÃO 16

Júlio, dirigindo a 100 km/h calcula que, nessa velocidade, o combustível que ele tem ainda permite percorrer 80 km. Mas, nesse momento, marcando 18 h no seu relógio, ele vê uma placa que indica que o próximo posto se encontra a 100 km. Se Júlio diminuir um pouco a velocidade, o consumo diminui e ele consegue chegar ao posto. Dirigindo com a maior velocidade possível, a que horas ele chegará ao posto?

- (A) 19 h
- (B) 19h e 12 min
- (C) 19 h e 15 min
- (D) 19 h e 20 min

QUESTÃO 17

Se $N! = 11 \cdot 7^2 \cdot 17 \cdot 13 \cdot 5^3 \cdot 2^{16} \cdot 3^8$, qual o valor de N?

- (A) 17
- (B) 18
- (C) 19
- (D) 20

QUESTÃO 18

A produção diária de leite em uma fazenda, consegue encher completamente 3 latões cilíndricos. Se na fazenda usassem latões menores, com metade do diâmetro e metade da altura do latão grande, quantos latões menores seriam necessários para armazenar a mesma quantidade de leite?

- (A) 30
- (B) 24
- (C) 18
- (D) 12

QUESTÃO 19

Márcia aplicou R\$ 200,00 a juros compostos de 10% ao ano, com capitalização anual. Após 48 meses, o montante dessa aplicação será igual a:

- (A) R\$ 348,36
- (B) R\$ 326,20
- (C) R\$ 292,82
- (D) R\$ 280

QUESTÃO 20

Numa progressão geométrica de termos positivos, se o terceiro termo é igual à metade da razão, a soma dos três primeiros termos é igual a:

- (A) $\frac{7}{4}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{1}{8}$
- (D) 1

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO

QUESTÃO 21

Consoante a Lei Orgânica do Município de Paracambi, acerca do processo legislativo, assinale a opção CORRETA:

- (A) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (B) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (C) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal.
- (D) A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pelo chefe do poder executivo municipal com respectivo número de ordem.

QUESTÃO 22

Conforme a Lei Orgânica do Município de Paracambi, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará. O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de vinte dias úteis, contados da data do recebimento.
- II. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara. A recusa do Presidente da Câmara, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, importará em automática renúncia à sua função de dirigente do Legislativo, assumindo, imediatamente, o vice-presidente da câmara que deverá convocar eleições diretas a serem realizadas no prazo máximo de 60 dias.
- III. O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante o Tribunal de justiça.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Apenas duas são corretas.
- (B) Apenas uma é correta.
- (C) Todas são incorretas.
- (D) Todas são corretas.

QUESTÃO 23

Acerca dos auxiliares diretos do prefeito, assinale a opção CORRETA de acordo com a Lei Orgânica do Município de Paracambi:

- (A) Os Secretários ou Diretores são subsidiariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.
- (B) São auxiliares diretos do Prefeito: os Secretários Municipais e os Diretores de Órgãos da Administração Pública Direta e têm como suas atribuições dentre outras previstas em lei: subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos; expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos; apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas Secretarias ou órgãos e comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.
- (C) O Prefeito fará publicar anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos.
- (D) A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 20 dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.

QUESTÃO 24

Assinale a opção CORRETA de acordo com a Lei Orgânica do Município de Paracambi:

- (A) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante decreto do chefe do poder executivo municipal.
- (B) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum poderá ser outorgada para qualquer finalidade desde que atenda ao interesse público, mediante decreto do chefe do poder executivo municipal.
- (C) Permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito através de autorização legislativa da câmara de vereadores.
- (D) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

QUESTÃO 25

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Paracambi (Lei Municipal 326/94), o prazo para a conclusão do processo disciplinar NÃO excederá:

- (A) 60 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, não sendo admitida prorrogação.
- (B) 60 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (C) 90 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (D) 120 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

HISTÓRIA DE PARACAMBI

QUESTÃO 26

Segundo Fernandes Keller, autor de *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*, a rede de serviços coletivos fornecidos aos trabalhadores se estruturava na capela, na escola, no armazém, no clube social, no campo de futebol. No entanto, o autor percebe nesse processo um paradoxo, ou seja, a contradição entre:

- (A) os benefícios sociais desfrutados pelos operários e a subordinação dos mesmos ao controle social exercido pelos dirigentes das fábricas.
- (B) a disponibilidade de uma variedade enorme de serviços e o uso quase insignificante dos mesmos pelas famílias operárias.
- (C) o controle privado dos setores de lazer e alimentação e o controle público da educação e da saúde dos trabalhadores.
- (D) a oferta destes serviços em favor das crianças e adolescentes, filhos dos operários, e a interdição do seu uso em prol dos adultos.

QUESTÃO 27

Na década de 1910, desencadeou-se um conflito entre os protestantes da Igreja Congregacional e a Fábrica Brasil Industrial. A causa deste conflito foi:

- (A) a influência dos diretores congregacionais da Fábrica Maria Cândida sobre os operários da Fábrica Brasil Industrial.
- (B) a defesa, pelos congregacionais, da guarda do domingo, uma vez que não era concedido o descanso dominical para os operários.
- (C) a não aceitação, pelos operários protestantes congregacionais, de símbolos católicos no ambiente de trabalho das fábricas de tecidos.
- (D) a recusa dos congregacionais de participarem das missas e procissões organizadas pela Companhia Brasil Industrial.

QUESTÃO 28

Depoimento de uma ex-operária da Companhia Brasil Industrial: “Ah, quando eu era pequena eu via a procissão, via aquela criançada toda com aquelas bandeirinhas, com aquelas faixinhas cantando, ah meu Deus, que vontade, mas era só a criançada do colégio só que saía na procissão, aí quando se deu a oportunidade eu já entrei na fábrica para poder estudar nesse colégio que pertencia à fábrica.”

Segundo Fernandes Keller, autor de *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*, o deslumbramento da ex-operária com as procissões de Nossa Senhora revelam:

- (A) a fé católica como o principal fator responsável pela oferta de mão de obra para as fábricas têxteis.
- (B) que as procissões tinham o único objetivo de atrair força de trabalho para as fábricas de tecelagem.
- (C) a expressiva relação entre religiosidade, escola operária e trabalho fabril.
- (D) que a Igreja Católica local evitava relações com a Companhia Brasil Industrial, vista como laica.

QUESTÃO 29

“Porque na fábrica era assim: sabia as quatro operações, sabia escrever, sabia ler, fazia lá um ditadozinho. Pronto. Então passava a trabalhar diariamente. Antes era alternado como eu já falei. Eram duas turmas, depois daí passava diariamente” (Paulo Fernandes Keller: *Fábrica & Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ*).

A declaração acima, de uma ex-funcionária da Companhia Brasil Industrial, nos anos 30 do século XX, está associada à seguinte consideração:

- (A) os adolescentes matriculados na Escola de Aprendizes, portadores das melhores notas em cálculo elementar, eram convocados para trabalhar no setor contábil da Fábrica.
- (B) um mínimo de aprendizagem possibilitava a aprovação de menores operários na escola operária e a sua passagem para o trabalho fabril.
- (C) o trabalho diário era confiado apenas aos alunos da escola operária que apresentassem noções complexas de matemática e português.
- (D) a necessidade de calcular medidas para dividir os tecidos em retalhos exigia dos alunos da Escola de Aprendizes grande habilidade em matemática, ainda que não soubessem ler ou escrever.

QUESTÃO 30

Depoimentos acerca do cotidiano nas vilas operárias revelam que homens sem camisa, ainda que dentro de suas casas, ou mulheres que tentavam entrar no local de trabalho com vestido decotado, com alça ou acima do joelho, eram advertidos por gerentes ou guardas das fábricas de tecidos. Esses fatos mostram:

- (A) o domínio do clero católico sobre as relações de trabalho nas fábricas.
- (B) a regulação do Estado sobre as liberdades individuais dos trabalhadores.
- (C) a imposição, pelos sindicatos, de duras regras de comportamento sobre os operários.
- (D) o controle patronal sobre a rotina familiar e comunitária dos operários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Sobre improbidade administrativa, de acordo com as normas da Constituição da República e a Lei 8429/92, assinale a opção CORRETA:

- (A) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (B) Não há previsão expressa de ato de improbidade na modalidade culposa.
- (C) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de noventa dias da efetivação da medida cautelar.
- (D) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

QUESTÃO 32

Consoante o Código Tributário Nacional prescreve:

- (A) em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos.
- (B) em três anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos.
- (C) em quatro anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos.
- (D) em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos.

QUESTÃO 33

De acordo com o texto da Lei 8429/92 e a Constituição da República, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nas ações de improbidade, o Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- II. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- III. As disposições da Lei de improbidade são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Apenas uma está correta.
- (B) Apenas duas estão corretas.
- (C) Todas estão corretas.
- (D) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 34

Sobre a responsabilidade civil da administração pública no direito brasileiro assinale a opção CORRETA:

- (A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos ou não, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- (D) Apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

QUESTÃO 35

De acordo com o Código Tributário Nacional e a Constituição da República, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- (B) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- (C) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- (D) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

QUESTÃO 36

Segundo o Código Tributário Nacional, é forma de exclusão do crédito tributário:

- (A) o pagamento
- (B) a isenção
- (C) a remissão
- (D) a prescrição e a decadência

QUESTÃO 37

De acordo com o Código Civil, sobre a responsabilidade civil, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
- (B) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- (C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não transmitem-se com a herança.
- (D) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

QUESTÃO 38

De acordo com as normas do Código Civil, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção CORRETA:

- I. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
 - II. Aquele que exercer, por 5 (cinco) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - III. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.
- (A) Apenas uma afirmativa é verdadeira.
 - (B) Apenas duas afirmativas são verdadeiras.
 - (C) Todas as afirmativas são verdadeiras.
 - (D) Nenhuma afirmativa é verdadeira.

QUESTÃO 39

Acerca do contrato de compra e venda, consoante o Código Civil, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.
- (B) A preempção impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.
- (C) Não pode ser objeto de venda com reserva de domínio a coisa insuscetível de caracterização perfeita, para estremá-la de outras congêneres. Na dúvida, decide-se a favor do terceiro adquirente de boa-fé.
- (D) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

QUESTÃO 40

Segundo as normas da Constituição da República, NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça
- (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal
- (C) Ministro de Estado e da Defesa
- (D) Vice-presidente da República

QUESTÃO 41

Sobre o contrato de doação previsto no Código Civil, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário. Não prevalece cláusula de reversão em favor de terceiro.
- (B) Podem ser revogadas por ingratidão as doações, se o donatário atentou contra a vida do doador ou cometeu crime de homicídio doloso contra ele.
- (C) A revogação por ingratidão não prejudica os direitos adquiridos por terceiros, nem obriga o donatário a restituir os frutos percebidos antes da citação válida; mas sujeita-o a pagar os posteriores, e, quando não possa restituir em espécie as coisas doadas, a indenizá-la pelo meio termo do seu valor.
- (D) A única hipótese expressamente prevista pelo Código Civil de revogação da doação é a por ingratidão do donatário.

QUESTÃO 42

De acordo com a Constituição da República de 1988, sobre o Poder Legislativo, assinale a opção CORRETA:

- (A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aquele.
- (B) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo inclusive determinar a interceptação das comunicações telefônicas, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (C) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.
- (D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

QUESTÃO 43

De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, analise as afirmativas a seguir:

- I. São crimes de responsabilidade, de competência do Supremo Tribunal Federal, os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
- II. Aos juízes é vedado, salvo em disponibilidade, dedicar-se à atividade político-partidária.
- III. No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei complementar, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Apenas uma está correta.
- (B) Apenas duas estão corretas.
- (C) Nenhuma está correta.
- (D) Todas estão corretas.

QUESTÃO 44

Consoante o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- (B) A Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar *habeas corpus* por se tratar de uma ação de natureza penal.
- (C) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (D) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

QUESTÃO 45

Sobre os direitos e partidos políticos, previstos na Constituição, assinale a opção INCORRETA:

- (A) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- (B) É caso de cassação dos direitos políticos a condenação criminal transitada e julgado enquanto durarem seus efeitos.
- (C) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- (D) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

QUESTÃO 46

Nos termos da Lei 8666, a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de:

- (A) concorrência
- (B) leilão
- (C) tomada de preços
- (D) convite

QUESTÃO 47

De acordo com o Código Civil, o prazo de prescrição para a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa é de:

- (A) 1 ano
- (B) 2 anos
- (C) 3 anos
- (D) 5 anos

QUESTÃO 48

De acordo com as normas da Lei 12016/05, sobre o instituto do Mandado de Segurança, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção CERTA:

- I. Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.
 - II. Admite-se medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
 - III. O presidente do tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.
- (A) Apenas uma afirmativa está correta.
 - (B) Apenas duas afirmativas estão corretas.
 - (C) Todas as afirmativas estão corretas.
 - (D) Nenhuma afirmativa está correta.

QUESTÃO 49

NÃO é elemento do ato administrativo:

- (A) forma
- (B) finalidade
- (C) motivação
- (D) objeto

QUESTÃO 50

A atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, denomina-se:

- (A) Poder de Polícia que constitui fato gerador das taxas.
- (B) Poder de polícia que constitui fato gerador das contribuições de melhoria.
- (C) Poder sancionador que constitui fato gerador das taxas.
- (D) Poder vinculado que constitui fato gerador das taxas.